

Educação, conhecimento e moral na suma teológica de Tomás de Aquino: um estudo no campo da história da educação

Resumo

Essa comunicação tem como tema a relação entre educação, conhecimento e moral na *Suma Teológica* de Tomás de Aquino. O objetivo principal é refletir sobre a importância do saber e da reflexão para o ato moral na *Suma Teológica* de Tomás de Aquino. Os pressupostos teórico-metodológicos para as nossas reflexões foram buscados na História Social, principalmente nas obras de Marc Bloch, cofundador dos *Annales*. Tomás de Aquino, importante teólogo dominicano do século XIII, desenvolve, na Questão 18 da *Suma Teológica*, um importante debate acerca da moralidade da ação humana, ressaltando a centralidade da razão e do conhecimento para o ato moral. Ao mesmo tempo em que valoriza o processo educativo para o amadurecimento dos indivíduos e da sociedade, o debate empreendido por Mestre Tomás nos situa, enquanto professores e pesquisadores da educação, como principais responsáveis pelos sucessos e fracassos da educação. Nesse sentido, ele nos faz lembrar de nossas responsabilidades profissionais e pessoais como educadores, bem como da complexidade do ato de educar.

Palavras-chave: História da Educação; Tomás de Aquino; Conhecimento; Moral

Rafael Henrique Santin
Centro Universitário Cesumar
rafael.h.santin@gmail.com

Introdução

Essa comunicação tem como tema a relação entre educação, conhecimento e moral na *Suma Teológica* de Tomás de Aquino. O objetivo principal é refletir sobre a importância do saber e da reflexão para o ato moral na *Suma Teológica* de Tomás de Aquino.

Vale ressaltar que 'ato moral' não deve ser entendido, aqui, numa perspectiva moralista. A qualidade de moral atribuída à ação humana, na obra em questão, não se relaciona com a compatibilidade ou não com os 'bons costumes'. O adjetivo 'moral', na obra tomasiana, designa em primeiro lugar algo que é voluntário, intencional, humano. Assim, toda ação humana é moral, pois o homem age a partir de sua vontade, uma de suas potências essenciais¹.

Nosso texto, situado no campo da História da Educação busca, na História Social, os princípios teóricos e metodológicos a partir dos quais procuramos analisar o nosso objeto. Marc Bloch, que ao lado de Lucien Febvre fundou os *Annales*, afirmou que a história deve ter nos homens e nas relações sociais seu principal objeto (1965). Desse modo, o historiador – da educação, no nosso caso – deve se preocupar, em primeiro lugar, com os homens reais que estabelecem relações reais e formam, assim, maneiras de viver diferentes ao longo do tempo.

Entendemos que estudar as questões de educação do passado, mais especificamente as preocupações presentes nas obras de Tomás de Aquino, se justifica na medida em que elas nos permitem conhecer os homens:

¹ Tomás de Aquino se fundamenta em Aristóteles para compreender o homem. Assim, para ele, o homem é uma substância formada de matéria e forma. A matéria é o elemento que determina o fato de nós existirmos. Por conseguinte, o homem e o cão têm a mesma forma, a de ser existente, tangível. A forma é que nos diferencia dos outros seres existentes, pois temos a forma de homem, não de cão. Nesse contexto, a matéria é a potência do ato de existir e a forma é o que atualiza a matéria para que ela assuma um determinado aspecto. Por não sermos seres perfeitos, somos determinados, também, pelo binômio potência-ato. Nós, seres humanos, somos dotados, de acordo com Tomás de Aquino, de duas potências essenciais, pelas quais podemos nos tornar, efetivamente, homens em ato. Essas duas potências são o intelecto e a vontade. Por meio do intelecto, nós pensamos e aprendemos; pela vontade, nós agimos (LAUAND, 2004).

Que aconteceu todas as vezes que houve que fazer-se imperioso apelo à intervenção da história? Surgiu o que era humano. Há muito, com efeito, que os nossos grandes precursores, um Michelet, um Fustel de Coulanges, nos tinham ensinado a reconhecer: o objeto da história é por natureza o homem. Melhor: os homens. Mais do que o singular, favorável à abstracção, convém a uma ciência da diversidade o plural, que é o modo gramatical da relatividade. [...] O bom historiador, esse, assemelha-se ao monstro da lenda. Onde farejar carne humana é que está a sua caça. (BLOCH, 1965, p. 28).

Nesse sentido, acreditamos que retomar as obras do mais importante teólogo dominicano do século XIII (CHENU, 1967) é um exercício de reflexão sobre os homens, suas particularidades em relação a outros seres vivos, e as relações que estabelecem com seus iguais e com o mundo que o cerca.

Além disso, a preocupação em estudar o passado nasce com o interesse do pesquisador pelo presente. Com efeito, é porque ele quer entender o que se passa com os homens de seu tempo que busca conhecer outras experiências, diferentes das suas próprias, pois “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (BLOCH, 1965, p. 43). Nesse sentido, é justamente porque se preocupa com os problemas do presente que o historiador busca compreender o passado. O conhecimento do passado se configura, dessa forma, como fundamento da prudência, na perspectiva que já destacamos nesse projeto.

Acreditamos que estudar as questões em tela é fundamental porque possibilita o enriquecimento do debate acerca da formação dos educadores, propondo-nos a conhecer autores que não são estudados com tanta frequência, mas que também trataram da educação e dos processos de ensino e aprendizagem. São experiências que estão distantes de nós, mas que podem, na perspectiva de Bloch (1965), contribuir para a compreensão dos homens, das relações sociais e da forma como educam e são educados.

Acreditamos que o momento atual é oportuno para tratarmos da nossa responsabilidade como professores, não somente da Educação Básica, mas também do Ensino Superior. Com efeito, entendemos que o fato do Brasil ter demonstrado um resultado ruim no último levantamento do PISA sobre a capacidade de resolver problemas é um desdobramento de nosso desempenho escolar, principalmente em

leitura, matemática e ciências. Não queremos, com isso, apontar culpados. Nossa intenção é ressaltar que, como seres humanos, somos diretamente responsáveis pelo que fazemos e, como professores e pesquisadores, devemos nos preocupar com o que realizamos como agentes da educação. Se, individualmente, não nos sentimos responsáveis pelo atual cenário educacional brasileiro, devemos, ao menos como educadores de ofício, nos questionar sobre o que está acontecendo nas escolas brasileiras.

Por fim, escolhemos tratar da moralidade da ação humana em Tomás de Aquino justamente porque esse teólogo dominicano, preocupado que era com a formação dos alunos de sua época, nos permite lembrar que nós, homens, agimos conforme nossa vontade e, por isso, nos tornamos responsáveis pelo que fazemos.

Tomás de Aquino, a *Suma Teológica* e o século XIII

Nessa perspectiva, consideramos importante ressaltar a relevância dos debates empreendidos por Tomás de Aquino no século XIII, principalmente o desenvolvido na Questão 18 que estudaremos adiante. A *Suma Teológica*, obra que ora analisamos, foi escrita para a instrução dos alunos da Faculdade de Teologia, particularmente a de Paris, na qual o teólogo dominicano foi professor em dois momentos: primeiro, de 1252 a 1259, quando atuou como Bacharel Sentenciário (1252-1256) e como Mestre Regente de Teologia (1256-1259); depois, de 1269 a 1272, também como Mestre Regente de Teologia. A *Suma Teológica* foi elaborada entre 1265 e 1274, ano de morte de seu autor. Ela é portanto, uma obra inacabada e fruto de sua vivência como professor e intelectual.

O processo de renascimento urbano e comercial, de acordo com Guizot (2005), Le Goff (2008) e Oliveira (2012) contribui para que o século XIII fosse marcado, principalmente, pelos valores que emergiam da vida citadina e da nascente instituição universitária. Além disso, o surgimento das Ordens Mendicantes foi, assim como as cidades e a Universidade, um fato bastante importante, tanto para a sociedade ocidental medieval quanto para a formação de Tomás de Aquino.

De acordo com Chenu (1967), os Mendicantes, principalmente os frades das Ordens Dominicana e Franciscana, expandiram muito rapidamente suas redes de conventos e sua influência, visto que representavam os novos interesses e valores que estavam se firmando na sociedade do Ocidente medieval. Enquanto as instituições monásticas mais tradicionais se alimentavam de uma ‘espiritualidade aristocrática’, as novas ordens se aproximavam da ‘plebe’ citadina que, de acordo com Chenu (1967), já tinham percebido sua importância na sociedade. Os primeiros defendiam costumes diferentes, mais relacionados ao modo de vida dos senhores feudais, atônitos diante das mudanças que estavam acontecendo com os artesãos e os camponeses nas cidades: “[...] não se advertem de que um homem novo está prestes a nascer” (CHENU, 1967, p. 14) e tentam por seu expediente manter a organização que lhes parecia mais adequada.

Le Goff (2008) também analisou o nascimento e o desenvolvimento das Ordens Mendicantes. Ele destaca algumas peculiaridades importantes desses religiosos: “Os mendicantes não são monges, mas frades [quer dizer, irmãos, do lat. *fratre*] que vivem entre os homens e não na solidão” (LE GOFF, 2008, p. 175). Essa é, de acordo com o autor, uma diferença significativa entre os Mendicantes e as ordens mais tradicionais: eles se estabeleceram nas cidades², junto às pessoas e não longe delas. Nesse sentido, os frades exerceriam a função de pregar e ensinar os cidadãos a se relacionarem a partir dos valores cristãos: “A cidade é pagã, é preciso convertê-la” (LE GOFF, 2008, p. 178).

Dois dados que consideramos bastante importantes para entendermos não só o crescimento dos Mendicantes, mas também as reflexões tomasianas sobre o ato moral é o 'nascimento' do purgatório e a especialização dos frades na confissão auricular. Segundo Le Goff (2008), o sucesso dos Mendicantes no século XIII se mede, também, pela forma como eles lidavam com a morte. Os Mendicantes são, segundo ele, os principais defensores de um estágio intermediário entre o céu e o inferno, no qual os pecadores têm uma segunda chance para se redimir dos pecados cometidos em vida. Já a confissão auricular,

² A expansão de Dominicanos e Franciscanos deu-se de maneira diversa, apesar de terem ambas as cidades como foco de atuação. Enquanto os Dominicanos procuraram se estabelecer, predominantemente, nas cidades maiores, os Franciscanos preferiam as cidades menores (LE GOFF, 2008).

[...] é uma revolução espiritual e psicológica que cria um diálogo insólito entre os padres e os leigos, desenvolvendo o exame de consciência, sofisticando a casuística moral. Para situar as questões importantes e lhes dar respostas apropriadas, as que levam em conta problemas religiosos criados pelas novas atividades urbanas e as novas mentalidades a elas ligadas, surge a necessidade dos manuais, os manuais de confessores. Os redatores dos manuais que fazem sucesso nos séculos XIII e XIV são quase todos mendicantes. (LE GOFF, 2008, p. 185).

Como podemos observar, o problema da moralidade dos atos humanos não se constituía apenas como uma questão puramente teórica. Tomás de Aquino, teólogo comprometido com as questões de sua época, demonstra uma percepção apurada em relação à formação dos teólogos, de modo que lhes apresenta um debate sobre o ato moral numa obra destinada aos estudantes da Faculdade de Teologia. Longe de ser um problema teórico, o ato moral foi, no século XIII, um problema de ordem social.

Na época em que surgiram, os Mendicantes não foram plenamente aceitos, também, nos círculos universitários. Estudiosos da Universidade medieval, como Chenu (1967), Le Goff (2008) e Oliveira (2012) destacam que os frades mendicantes enfrentavam resistências de diversos lados e em várias circunstâncias. Importantes intelectuais mendicantes, como Tomás de Aquino e Boaventura de Bagnoregio, tiveram que administrar conflitos contra os mestres seculares (LE GOFF, 2010). Apesar disso, os Mendicantes foram bastante atuantes na Universidade.

Isso acontece porque os Mendicantes, notadamente os Dominicanos, prezavam pela formação intelectual dos frades, principalmente para o combate das heresias e para a difusão da fé católica (FORTES, 2013) – debate que é claramente travado na *Suma Contra os Gentios* (TOMÁS DE AQUINO, 1990). De acordo com Fortes (2013), com o apoio do papado, os Pregadores conseguiram ingressar na Universidade de Paris, centro acadêmico da cristandade, para proporcionar aos integrantes da Ordem a formação filosófica e teológica necessária para os trabalhos que precisavam desempenhar, pautando, assim, a identidade da Ordem nos estudos.

O ato moral e a educação na perspectiva de Tomás de Aquino

A Questão 18 da Primeira Seção da Segunda Parte da *Suma Teológica*, intitulada *A bondade e a malícia dos atos humanos em geral*, é a primeira da parte intitulada *Os atos humanos: sua diferenciação moral, boa ou má*, na qual se discute a moralidade da ação humana. Além da Questão 18, há mais três Questões: Questão 19, que trata de *A bondade e a malícia do ato interior da vontade*; Questão 20, cujo tema é *A bondade e a malícia dos atos humanos exteriores*; e a Questão 21, que aborda *As consequências dos atos humanos em razão da bondade e malícia*. Essas Questões são precedidas pela parte em que o teólogo dominicano analisa a natureza, a estrutura e o dinamismo dos atos humanos (ST, I-II, q. 6 a 17) e antecedem o debate sobre as paixões da alma (ST, I-II, q. 22-48). Acreditamos que a Questão 18 deve ser entendida em relação a essas outras questões, uma vez que todas elas têm a mesma temática, os atos humanos, denotando a complexidade do debate acerca da moralidade de nossas ações. No entanto, para os limites deste texto, nos manteremos no estudo da Questão 18.

Contudo, é importante pontuar que não se deve conduzir a reflexão acerca das relações entre a moralidade das ações humanas e a educação a partir de uma leitura moralista dos textos tomasianos. Servais Pinckaers (2003), na introdução da parte na qual está presente a Questão 18 afirma que, ao lermos Tomás de Aquino, “Não lidamos, por conseguinte, com uma moral da obrigação, mas com uma moral da atração do bem, conforme à razão, o que se coaduna com uma outra concepção de liberdade” (p. 235). O ato moral nos escritos de Mestre Tomás, portanto, não é determinado pelo agir ou não conforme algo que é imposto ao sujeito por algo externo a ele, mas sim o agir de acordo com a razão, com a consciência do bem.

Assim, principiemos o estudo da Questão 18 pela sua estrutura. Em comparação com outras Questões da *Suma Teológica*, a de número 18 é extensa e se divide em 11 Artigos, dispostos da seguinte forma: Artigo 1, *Toda ação humana é boa ou alguma é má?*; Artigo 2, *O ato humano é bom ou mau pelo objeto?*; Artigo 3, *A ação humana é boa ou má pelas circunstâncias?*; Artigo 4, *A ação humana é boa ou má pelo fim?*; Artigo 5, *A ação humana é boa ou má em sua espécie?*; Artigo 6, *O ato tem a espécie de bem ou de mal pelo fim?*; Artigo 7, *A espécie que é pelo fim está contida na espécie que é pelo objeto, como em*

seu gênero, ou ao contrário?; Artigo 8, Algum ato é indiferente segundo sua espécie?; Artigo 9, Algum ato é indiferente segundo o indivíduo?; Artigo 10, Uma circunstância constitui o ato moral na espécie de bem ou de mal?; e, por fim, Artigo 11, Toda circunstância que aumenta a bondade ou a malícia constitui o ato moral na espécie de bem ou mal?.

Uma primeira análise da Questão 18 permite observar que ela apresenta duas partes principais. A primeira, composta pelos Artigos 1 a 4, enfatiza a própria natureza da ação moral, destacando os elementos que a constituem (objeto, circunstância e fim). A segunda, composta pelos Artigos 5 a 11, discute os modos de diferenciação das ações boas ou más, retomando os aspectos que caracterizam o ato moral. Principiemos, então, pelo estudo das características da ação moral.

No Artigo 1, o autor questiona se toda a ação humana é boa ou se há possibilidade de alguma ser má. O ponto que nos chama a atenção nesse primeiro artigo é a dimensão que Tomás de Aquino dá ao adjetivo 'bom'. Com efeito, ele afirma que a bondade corresponde à plenitude do ser, isto é, uma coisa é boa quando consegue se tornar completa. No caso da ação humana, o teólogo dominicano afirma que

[...] toda ação tanto tem algo do ser, quanto tem da bondade. Faltando-lhe, porém, algo da plenitude do ser devida à ação humana, igualmente lhe falta algo da bondade, e assim se diz má; por exemplo, se lhe falta ou uma medida determinada pela razão, ou o lugar devido, ou algo equivalente. (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. 18, a. 1, resp.).

Como podemos observar no excerto acima, não podemos avaliar moralmente uma ação antes de ponderarmos o que a envolve por completo. No entanto, fica ainda por saber quais elementos devemos considerar, na perspectiva de Tomás de Aquino, para refletirmos acerca da moralidade da ação humana. Nos Artigos 2, 3 e 4 o autor estabelece que esses elementos são o objeto, as circunstâncias e o fim. Assim, uma ação deve ser considerada a partir do que a origina (objeto), da realidade que a produz (circunstâncias) e do que se almeja alcançar (fim).

Nesse sentido, Mestre Tomás questiona no Artigo 2 se o ato humano é bom ou mau pelo objeto. Em primeiro lugar, vale ressaltar que a palavra 'objeto' não designa, no texto tomasiano, uma coisa material qualquer, como uma caneta ou um livro. A palavra

latina empregada no texto é *obiecto*, cujo sentido é 'colocar diante'. Isso significa que a palavra 'objeto' pode ser entendida como 'objetividade' ou 'meta'. Enfim, o objeto é, para a ação humana, o que lhe dá a essência, o que a move: “[...] a ação recebe do objeto a espécie, como o movimento do termo. E assim como a primeira bondade da coisa material é considerado por sua forma, que lhe dá espécie, assim também a primeira bondade do ato moral é considerada pelo objeto conveniente” (TOMÁS DE AQUINO, ST, I-II, q. 18, a. 2, resp.).

Além disso, consideramos particularmente importante o que o autor explicita na resposta à terceira objeção: “[...] deve-se dizer que nem sempre o objeto da ação humana é objeto de potência ativa. Pois a potência apetitiva é de certo modo passiva, enquanto é movido pelo objeto apetecível, entretanto, é princípio de atos humanos” (TOMÁS DE AQUINO, ST, I-II, q. 18, a. 2, sol. 3). A potência apetitiva, no homem, é o que Tomás de Aquino denomina de vontade. Com efeito, a vontade é, para ele, o princípio da ação humana, pois é por meio dela que nós deliberamos e escolhemos o que queremos fazer. Na passagem acima, o autor afirma que o objeto de nossas ações é definido no âmbito da vontade. Isso é, para nós, bastante significativo, pois quer dizer que nós, como pessoas capazes de pensar e decidir, é que estabelecemos o que nos move, o que dá forma aos nossos atos cotidianos. É nessa perspectiva que as ações humanas podem ser, para Tomás de Aquino, moralmente boas ou más.

No Artigo 3, o teólogo debate se a ação humana é boa ou má pelas circunstâncias. Depois de afirmar que o objeto é o que primeiro dá bondade ou maldade ao ato humano, escreve que as circunstâncias também incorrem na moralidade das ações:

O mesmo acontece na ação, pois a plenitude de sua bondade não está toda em sua espécie, mas algo lhe é acrescentado com o que sobrevém como acidente. Essas são, com efeito, as circunstâncias devidas. Por isso, se algo falta do que se exige, para as devidas circunstâncias, será má a ação. (TOMÁS DE AQUINO, ST, I-II, q. 18, a. 3, resp.).

Como podemos verificar no excerto acima, o objeto e as circunstâncias são comparados à essência e aos acidentes das coisas. Assim, a essência das nossas ações decorre do objeto, da meta que estabelecemos, e os acidentes são dados pelas

circunstâncias, pelas variantes que a caracterizam e a tornam única. Por isso, assim como o objeto, as circunstâncias são relevantes para a consideração da bondade ou maldade nas ações humanas. Contudo, vale ressaltar que ao comparar o objeto à essência e as circunstâncias aos acidentes, Tomás de Aquino dá mais relevância ao objeto que às circunstâncias, uma vez que o objeto é definido pela vontade, mas as circunstâncias nem sempre dependem dela. Isso não significa, porém, que nós podemos nos tornar reféns das circunstâncias e encontrar nelas as justificativas para nossos erros ou omissões. Vale lembrar que a essência, no texto tomasiano que segue de perto os pressupostos de Aristóteles, é o que é necessário, é o que não pode faltar ao ser, e acidentes são as condições transitórias do ser, sem os quais o ser continua sendo aquele ser, mas de maneira diferente. Assim, nenhum homem continua sendo homem sem intelecto e sem vontade (essência do homem), mas pode continuar sendo homem mesmo sendo negro ou branco, operário, dono de fábrica ou professor (acidentes).

Nesse sentido, ser professor significa ter uma meta bastante clara, que deve ser cumprida em determinadas circunstâncias. Atribuir às circunstâncias uma carga de importância maior do que a que atribuímos ao objeto é nos omitirmos em relação à essência de 'ser professor'.

Contudo, além do objeto e das circunstâncias, a finalidade é o terceiro elemento que Tomás de Aquino considera importante para refletirmos sobre a moralidade da ação humana. Na conclusão do Mestre sobre o questionamento se a ação humana é boa ou má pelo fim, desenvolvida no Artigo 4, afirma-se que a bondade pode ser considerada de quatro maneiras. A primeira, enquanto é ação e não omissão; a segunda de acordo com o objeto (meta) a ser alcançado; a terceira de acordo com as circunstâncias; e a quarta de acordo com o fim, isto é, “[...] conforme sua relação com a causa da bondade” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. 18, a. 4, resp.). A finalidade é, então, avaliada conforme concorre ou não para o bem: se culmina no bem, então ela é boa; se resulta no mal, então ela é má.

No entanto, a ação humana é complexa e sua natureza moral não se dá, na perspectiva de Tomás de Aquino, pela bondade ou maldade do objeto ou do fim. O teólogo ressalta a importância da integridade do ato: não podemos julgar sem antes avaliarmos uma ação em sua totalidade:

QUANTO AO 3º, deve-se dizer que nada impede que a uma ação que tenha uma das quatro bondades citadas, lhe falte outra. Assim, acontece uma ação que é boa segundo sua espécie ou segundo as circunstâncias, ordenar-se para um fim mau, e vice-versa. Não há, porém, ação boa de modo absoluto se não concorrem todas as bondades, por que: 'qualquer defeito singular causa o mal, e o bem é causado pela causa total', como diz Dionísio. (TOMÁS DE AQUINO, ST, I-II, q. 18, a. 4, sol. 3).

Como já ressaltamos, a vontade é, para o autor, a potência pela qual o homem age. O objeto e o fim da ação são concebidos no âmbito da vontade. Se é assim, então nossas ações estão intimamente relacionadas com o que queremos para nós e para os outros. Vale ressaltar que a vontade e o intelecto são, na perspectiva de Tomás de Aquino, as duas potências essenciais do homem, que o caracterizam como ser pensante e que age por si mesmo, mediante suas próprias escolhas. Nesse sentido, são essas as duas potências que fazem com que sejamos seres humanos: é porque temos o intelecto (possibilidade de conhecer e de pensar) e a vontade (possibilidade de agirmos voluntariamente, por nós mesmos) que somos humanos. Todas as outras características que nos tornam indivíduos singulares são acidentes, inclusive o fato de pensarmos de maneiras diferentes acerca de uma mesma realidade. No entanto, intelecto e vontade são potências, não são realidades prontas e acabadas: é preciso que elas sejam desenvolvidas por meio do processo educativo (TOMÁS DE AQUINO, DM, a. 1, resp.).

Considerações finais

A moralidade da ação humana, como pudemos observar na análise do texto tomasiano, depende da vontade, das escolhas que fazemos, uma vez que decorre diretamente do objeto (nossa meta principal) e do fim (nossa finalidade; onde se quer chegar). Além disso, percebemos que a vontade está intimamente relacionada à razão, pois é por meio da reflexão que estabelecemos o que está na vontade e se constitui como motores de nossas ações. Se atualizar a vontade significa agir efetivamente, atualizar o intelecto significa escolher, optar por uma coisa ou outra. O ato de pensar, na obra de Tomás de Aquino, não é algo especulativo, ao contrário, é algo eminentemente prático, cotidiano, tem a ver com o que fazemos diariamente, tanto no espaço privado quanto no

espaço público. Daí decorre, a nosso ver, a relevância de sua obra para nós, professores e pesquisadores da educação. Nesse sentido, a História da Educação pode nos fazer lembrar de coisas que nos esquecemos ao longo da vida, de nossas experiências docentes. Nós nos envolvemos com nossas obrigações e prazeres diários que, às vezes, nos esquecemos que tudo isso que fazemos resulta de nossas próprias escolhas e que elas nos impõe certas responsabilidades.

Acreditamos que a formação docente no século XXI deve proporcionar oportunidades de conhecer melhor o homem e a sociedade, notadamente por meio da História da Educação e da Filosofia da Educação, como uma de suas diretrizes centrais. A busca pela excelência que nos falta em educação passa, necessariamente, pelo conhecimento rigoroso e complexo do passado e do presente. Como professores, de acordo com a Questão 18 da *Suma Teológica*, devemos pensar sobre a integridade de nossas ações enquanto profissionais do ensino.

Referências

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Gráfica Imperial, 1965.

CHENU, M. D. **Santo Tomás de Aquino e a Teologia**. Rio de Janeiro: Agir Editôra, 1967.

FORTES, Carolina Coelho. O Convento de Saint Jacques e suas relações com a Universidade de Paris: considerações sobre a construção da identidade Dominicana na primeira metade do século XIII. **Notandum**. Número 32, São Paulo: Feusp/Porto: Universidade do Porto, 2013, p. 51-66.

GUIZOT, François. Sétima lição. In: OLIVEIRA, T.; MENDES, C. M. M. **Formação do Terceiro Estado as comunas**: coletânea de textos de François Guizot, Augustin Thierry, Prosper de Barante. Trad. Terezinha Oliveira & Claudinei Magno Magre Mendes. Maringá: Eduem, 2005. p. 27-48.

LAUAND, Luiz Jean. Introdução. In: TOMÁS DE AQUINO. **Sobre o ensino (De Magistro), os sete pecados capitais**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 3-22.

LE GOFF, Jacques. As ordens mendicantes. In: _____. **Uma longa Idade Média**. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 173-189.

LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. 3ª ed. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

OLIVEIRA, Terezinha. O ambiente citadino e universitário do século XIII: locus de conflitos e de novos saberes. In: _____. Ensino e debate na universidade parisiense do século XIII: Tomás de Aquino e Boaventura de Bagnoregio: textos. Maringá: EDUEM, 2012, p. 83-101.

PINCKAERS, Servais. Introdução. In: TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. São Paulo: Edições Loyola, 2003, v. III, p. 235.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma contra os Gentios**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes: Sulinas; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1990. 2 v.

TOMÁS DE AQUINO. A bondade e a malícia dos atos humanos em geral (ST, I-II, q. 18). In: _____. **Suma Teológica**. São Paulo: Edições Loyola, 2003, v. III, p. 237-258.

TOMÁS DE AQUINO. **Sobre o ensino (De Magistro), os sete pecados capitais**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.